



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº 00600-00001817/2021-60-e

Órgão de Origem: Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Análise de admissões no cargo de Técnico em Saúde, especialidade Auxiliar de Enfermagem, realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 12, publicado no DODF de 16.07.2007. Decisão nº 2.113/2021 (Peça 7): legalidade de admissões, conhecimento das medidas adotadas pela SES/DF para registro de admissão *sub judice* e diligência. Ofício nº 8837/2021 – SES/GAB e anexos (Peça 10): pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de diligência. Decisão nº 3.880/2021 (Peça 13): concessão de prorrogação de prazo. Ofício nº 9370/2021 – SES/GAB e anexos (Peça 15): encaminhamento de informações referentes ao cumprimento da diligência.

- Análise de diligência.
- Pelo cumprimento da diligência.
- Pelo registro tácito em definitivo da admissão de uma servidora.
- Pelos registros tácitos das admissões de um servidor e de outra servidora.
- Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame da legalidade de admissões no cargo de Técnico em Saúde, especialidade Auxiliar de Enfermagem, realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 12, publicado no DODF de 16.07.2007.

2. Na primeira oportunidade em que se manifestou nos autos, a Corte, por meio da Decisão nº 2.113/2021 (Peça 7), dentre outras medidas, deliberou por:

“IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, relativamente ao concurso público para o cargo de Técnico em Saúde, especialidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Auxiliar de Enfermagem, regulado pelo Edital nº 12, publicado no DODF de 16.07.07: a) notifique os servidores, nos casos a seguir especificados, para que apresentem informações acerca das escalas de trabalho cumpridas nos cargos acumulados, de forma que se possa verificar a legalidade da acumulação e a compatibilidade de horários entre as jornadas de trabalho, adotando, desde já, caso necessário, as medidas para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, se for o caso, obedecendo aos parâmetros já delineados pelo item III, "a", da Decisão nº 4.344/20, proferida no Processo nº 2.512/20, no sentido de que a SES/DF deve observar, *"ao estabelecer as respectivas escalas de trabalho de seus servidores, os parâmetros de jornada máxima e repouso necessário estabelecidos pelo art. 3º da Lei nº 6137/2018, quando, no exame da compatibilidade horária em casos de acumulação lícita, restar evidente a extrapolação dos limites estabelecidos naquele diploma legal, mesmo que a prestação do serviço pelo servidor no vínculo acumulado se dê em outro órgão ou esfera de governo, considerando sobretudo que aquela norma, ao regular o tema, teve por objetivo resguardar a saúde física e mental dos profissionais de saúde"*, sob pena de o Tribunal considerar ilegais as respectivas admissões: **1) Giovani Montini Roldão dos Santos:** que acumula o cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Prefeitura Municipal de Barreiras, desde 02.01.09 (informação constatada mediante cruzamento entre as bases de dados disponíveis no TCDF); **2) Milvane Pereira Alves:** que acumula o cargo de Atendente de Enfermagem, no Fundo Municipal de Saúde de Goiânia – GO, desde 18.10.14 (informação constatada mediante cruzamento entre as bases de dados disponíveis no TCDF); **3) Rosilene Carvalho da Silva:** que acumula o cargo de Técnico de Enfermagem na Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, desde 01.08.05; b) no mesmo prazo acima referido, encaminhe ao Tribunal as informações supramencionadas, indicando as eventuais providências adotadas, tendo em conta os referidos dispositivos legais;"



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

3. Mediante o Ofício nº 8837/2021- SES/GAB e anexos (Peça 10), a SES solicitou prorrogação do prazo para o cumprimento da diligência, o que foi deferido por meio da Decisão nº 3.880/2021(Peça 13).
4. Posteriormente, a SES/DF, por meio do Ofício nº 9370/2021 – SES/GAB e anexos (Peça 15), encaminhou informações para o cumprimento da diligência.
5. Antes de analisarmos o cumprimento da mencionada diligência, cumpre trazer à baila a Decisão nº 3.770/2021, proferida no bojo do Processo 00600-00000146/2020-39-e, acerca da aplicação do Tema de Repercussão Geral nº 445¹ do STF, no âmbito do TCDF, conforme transcrição a seguir, na parte que nos interessa:

“II – conhecer os estudos especiais em análise para, diante do julgamento, pelo STF, do RE 636.553/RS, deliberar que:

a) o prazo para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, por parte do Tribunal de Contas, é decadal de 05 (cinco) anos, ininterrupto, “tout court”, que, uma vez atingido, faz com que o ato seja considerado tacitamente apreciado, isto é, tacitamente registrado, com base na segurança jurídica e na proteção da confiança;

b) o prazo mencionado no item anterior não se confunde com o prazo decadal de 05 (cinco) anos a contar do registro do ato, tácito ou expresso, pelo Tribunal de Contas, para que se proceda à sua revisão com base no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999;

c) considera-se como marco inicial do prazo decadal quinquenal definido pelo STF no Tema nº 445 de Repercussão Geral, o ingresso do ato no TCDF para análise, seja por meio eletrônico ou físico, uma vez que é nesse momento que a Corte toma conhecimento do ato sujeito a registro e possui condições de analisá-lo;

(...)

g) as conclusões advindas do estudo em análise se aplicam a todos os atos elencados no inciso III do artigo 71 da CF/88 - admissões, aposentadorias, reformas e pensões civis e militares –, uma vez que os fundamentos jurídicos que embasaram a decisão do RE 636.553/RS (Tema nº 445) aplicam-se igualmente a todos os atos sujeitos a registro;" (grifo nosso)

¹Tema 445/STF: Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

6. Em consulta ao SIRAC, constatamos que as admissões de **Giovani Montini Roldão dos Santos**² e **Rosilene Carvalho da Silva**³ se encontram no TCDF para análise há mais de 5 anos (e há menos de 10 anos) e, portanto, estão tacitamente registradas consoante o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021. Por outro lado, considerando que os respectivos atos admissionais estão dentro prazo revisional, conforme o item II, “b”, da mencionada decisão, procede-se à análise da diligência em questão.

7. Relativamente à diligência contida no item III, “a.1”, da **Decisão 2.113/2021 (Peça 7)**, referente a **Giovani Montini Roldão dos Santos**, que acumula o cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Prefeitura Municipal de Barreiras, a jurisdicionada encaminhou documentação comprobatória de que o servidor solicitou licenças sem vencimento do cargo acumulado, relativas aos períodos de 3.9.2018 a 6.9.2020 e de 4.9.2020 a 4.9.2022, o que foi deferido (fls. 11 a 13 do expediente).

8. Diante disso, considerando que o servidor se encontra de licença não remunerada no cargo acumulado, entendemos que não são necessárias medidas adicionais.

9. Ademais, sugerimos ao Tribunal que determine à SES/DF que volte a aferir a compatibilidade de horários dos cargos acumulados pelo servidor, nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/2011, tão logo cesse a referida licença em que se encontra o servidor interessado.

10. Relativamente à diligência contida no item III, “a.3”, da **Decisão 2.113/2021 (Peça 7)**, referente a **Rosilene Carvalho da Silva**, que acumula o cargo de Técnico de Enfermagem na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, a jurisdicionada encaminhou o quadro de compatibilidade de horários do mês de setembro de 2021 (fl.23 do expediente)

² Ingressou no Tribunal há 7 anos, 11 meses e 23 dias (Consulta em 3.11.2021).

³ Ingressou no Tribunal há 5 anos, 0 mês e 4 dias (Consulta em 3.11.2021).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

11. Analisando o referido quadro, constatamos que a servidora labora 70 horas semanais (40 horas na SES/DF e 30 horas na SES/ Goiás), houve compatibilidade de horários entre as jornadas, com interstício temporal suficiente para deslocamento entre os dois locais de trabalho, além de ter desfrutado do repouso semanal, de que trata a Constituição Federal de 1988, obedecendo também aos parâmetros delineados pelo item III, “a”, da Decisão nº 4.344/2020.

12. No caso de **Milvane Pereira Alves**⁴, cuja ficha de admissão se encontra no Tribunal há mais de 10 anos, a aplicação do Tema de Repercussão Geral nº 445 do STF, resulta em que a admissão da servidora se encontra tacitamente registrada definitivamente, consoante o item II, alíneas “a”, “b” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021.

13. Ademais, relativamente à diligência contida no item III, “a.2”, da **Decisão 2.113/2021 (Peça 7)**, a respeito da mencionada servidora, a jurisdicionada encaminhou documentação comprobatória (fls. 17 a 18 do expediente) de que, em realidade, a servidora já havia sido exonerada do cargo acumulado em 11.6.2016, dispensando assim medidas adicionais.

14. Dessa forma, sugerimos a esta Corte considerar cumprida a diligência constante do item III da Decisão nº 2.113/2021, e, uma vez que não há pendências de outra ordem, autorizar o arquivamento dos presentes autos.

Da Conclusão

Diante do exposto, sugerimos ao Tribunal:

I – tomar conhecimento dos ofícios nº 8837/2021- SES/GAB e anexos (Peça 10) e 9370/2021 – SES/GAB e anexos (Peça 15), encaminhados pela Secretaria de Saúde do Distrito

⁴ Ingressou no Tribunal há 10 anos, 3 meses e 1 dia (Consulta em 3.11.2021).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Federal – SES/DF, considerando cumprida a diligência constante do item III da Decisão nº 2.113/2021;

II – considerar tacitamente registradas, consoante o Tema de Repercussão Geral nº 445 do STF, bem como o item II, alíneas “a” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021, as seguintes admissões realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 12, publicado no DODF de 16.7.2007:

Técnico em Saúde, especialidade Auxiliar de Enfermagem:
Giovani Montini Roldão dos Santos e Rosilene Carvalho da Silva;

III – considerar tacitamente registrada em definitivo, consoante o Tema de Repercussão Geral nº 445 do STF, bem como o item II, alíneas “a”, “b” e “g”, da Decisão nº 3.770/2021, a admissão de Milvane Pereira Alves no cargo de Técnico em Saúde, especialidade Auxiliar de Enfermagem, decorrente de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 12, publicado no DODF de 16.7.2007;

IV – determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, relativamente a **Giovani Montini Roldão**, o qual acumula o cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Prefeitura Municipal de Barreiras, volte a aferir a compatibilidade de horários dos cargos acumulados pelo servidor, nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Complementar no 840/2011, assim que cessar a licença para tratar de interesses particulares do interessado no referido cargo;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

V – autorizar o arquivamento dos presentes autos.

À superior consideração.

Brasília, 4 de novembro de 2021.

Fabio Jeronimo Trindade
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 1444-6